

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO
ENSINO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

**DIRETRIZES POLÍTICAS E AVALIATIVAS
DO FRACASSO ESCOLAR**

ORQUIDÉA RUSSO LOPES

**FORTALEZA – CEARÁ
2006**

DIRETRIZES POLÍTICAS E AVALIATIVAS
DO FRACASSO ESCOLAR

ORQUIDÉA RUSSO LOPES

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO
ENSINO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO
REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
ESPECIALISTA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ.

FORTALEZA– 2006

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários á obtenção do título de Especialista em Planejamento do Ensino e Avaliação da Aprendizagem pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se á disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Orquidéa Russo Lopes.

MONOGRAFIA APROVADA EM: ____/____/____

Gláucia Maria de Menezes Ferreira.
ORIENTADORA

... O verdadeiro sentido da máxima: “não se deve colocar a candeia sob o alqueire, mas sobre o candeeiro, a fim de que todos aqueles que entrem possam vê-la”. Não significa que é preciso inconsideradamente revelar á inteligência daquele a quem é dirigido, porque há pessoas a quem uma luz muito viva ofusca sem esclarecê-las...

Allan Kardec

KARDEC, Allan. O Evangelho segundo o Espiritismo; trad. Salvador Gentile, São Paulo: IDE, ed.304ª, 2004.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO
ENSINO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

**DIRETRIZES POLÍTICAS E AVALIATIVAS
DO FRACASSO ESCOLAR**

ORQUIDÉA RUSSO LOPES

**FORTALEZA – CEARÁ
2006**

DIRETRIZES POLÍTICAS E AVALIATIVAS
DO FRACASSO ESCOLAR

ORQUIDÉA RUSSO LOPES

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO
ENSINO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO
REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
ESPECIALISTA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ.

FORTALEZA– 2006

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários á obtenção do título de Especialista em Planejamento do Ensino e Avaliação da Aprendizagem pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se á disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Orquidéa Russo Lopes.

MONOGRAFIA APROVADA EM: ____/____/____

Gláucia Maria de Menezes Ferreira.
ORIENTADORA

... O verdadeiro sentido da máxima: “não se deve colocar a candeia sob o alqueire, mas sobre o candeeiro, a fim de que todos aqueles que entrem possam vê-la”. Não significa que é preciso inconsideradamente revelar á inteligência daquele a quem é dirigido, porque há pessoas a quem uma luz muito viva ofusca sem esclarecê-las...

Allan Kardec

KARDEC, Allan. O Evangelho segundo o Espiritismo; trad. Salvador Gentile, São Paulo: IDE, ed.304^a, 2004.

Sumário

Introdução.....	01
Capítulo 1: Contextualização do Fracasso Escolar	03
1.1. Compreendendo Fracasso Escolar	
1.2. Dimensões Políticas do Fracasso Escolar	
1.3. Evolução Histórico-Social do Fracasso Escolar No Brasil	
1.4. Redefinição de Fracasso Escolar no Brasil	
Capítulo 2: Fatores Causais ou Relacionados ao Fracasso Escolar	15
2.1. Orgânicos	
2.2. Psicológicos	
2.3. Familiares	
2.4. Pedagógicos	
2.5. Sociais	
2.6. Culturais	
Capítulo 3: Impacto do Fracasso Escolar no Individuo e na Sociedade ...	26
3.1. Evasão	
3.2. Repetência	
Capítulo 4: Estratégia de Prevenção e Superação do Fracasso Escolar ...	30
4.1. Família	
4.2. Escola	
4.3. Sociedade	
4.4. Políticas Educacionais	
4.5. Políticas Participativas	
Conclusão	39
Referências Bibliográficas.....	40

Resumo

A finalidade principal deste trabalho é contribuir com o debate atual sobre a temática “fracasso escolar”, pretendendo ser um instrumento capaz de auxiliar os educadores. Na busca desta articulação, foi organizada uma proposta informativa e discursiva para melhor traduzir as avaliações teóricas sobre o fracasso escolar. Na proposta do seu formato, o trabalho “Diretrizes Políticas e Avaliativas do Fracasso Escolar” foi dividido em quatro capítulos, nos quais estão subdivididos em temas. Selecionamos para o primeiro capítulo conceitos e teorias do fracasso escolar, dimensionando o fracasso escolar em relação às propostas do governo, traçando a trajetória do fracasso escolar na história do ensino no Brasil e redefinindo o fracasso nas escolas brasileiras dando outros enfoques. No segundo capítulo relacionamos os fatores causais ao fracasso escolar, abordando cada um em sua dimensão. Os fatores orgânicos, psicológicos, familiares, pedagógicos, sociais e culturais. No terceiro capítulo classificamos a evasão e repetência como os principais impactos do fracasso escolar no indivíduo e na sociedade. No quarto e último capítulo fala das estratégias de superação do fracasso escolar que a família, a escola, sociedade devem seguir para obter o equilíbrio no combate ao fracasso escolar. E ainda este capítulo vem interpretando fracasso escolar nas políticas educativas e políticas participativas. As reflexões críticas revelam como o assunto fracasso escolar apresentado neste trabalho tem muito a ver com a atualidade do ensino no país.

A expectativa é favorecer aos educadores em suas práticas pedagógicas, bem como aqueles que, de uma maneira formal ou informal, estão empenhados em projetos educativos que formem educandos inteligentes e felizes.

Sumário

Introdução.....	01
Capítulo 1: Contextualização do Fracasso Escolar	03
1.1. Compreendendo Fracasso Escolar	
1.2. Dimensões Políticas do Fracasso Escolar	
1.3. Evolução Histórico-Social do Fracasso Escolar No Brasil	
1.4. Redefinição de Fracasso Escolar no Brasil	
Capítulo 2: Fatores Causais ou Relacionados ao Fracasso Escolar	15
2.1. Orgânicos	
2.2. Psicológicos	
2.3. Familiares	
2.4. Pedagógicos	
2.5. Sociais	
2.6. Culturais	
Capítulo 3: Impacto do Fracasso Escolar no Individuo e na Sociedade ...	26
3.1. Evasão	
3.2. Repetência	
Capítulo 4: Estratégia de Prevenção e Superação do Fracasso Escolar ...	30
4.1. Família	
4.2. Escola	
4.3. Sociedade	
4.4. Políticas Educacionais	
4.5. Políticas Participativas	
Conclusão	39
Referências Bibliográficas.....	40

Introdução

Este trabalho apresenta um estudo sobre “Fracasso Escolar”, considerando em sua dimensão a perspectiva de uma abordagem clara e dinâmica. Logo, ao inter-relacionarmos os aspectos do fracasso escolar com propostas de ações pedagógicas, esperamos favorecer, no âmbito da escola, o trabalho científico do professor, não para “amarrar” o comportamento do educando a um único modelo teórico, mas para ampliar-lhe as competências desenvolvimentistas, a favor de uma práxis educativa liberta da limitada reprodução de modelos.

Quando investigamos a procedência do termo fracasso escolar, surgiram questões contrapostas as já suscitadas, então foram analisadas criteriosamente e mantida uma linha de coerência lógica. Sem desmerecer nenhum dos autores citados, até mesmo porque, neste trabalho não encontraremos a verdade definitiva sobre o fracasso escolar. Primeiro, porque em lugar nenhum encontraremos uma verdade única. Segundo, porque o choque entre idéias diferentes, as críticas, as polêmicas, são fundamentais para a construção do conhecimento.

Mostra como a avaliação educacional é um julgamento de valores numéricos. Investiga o momento que começou o fracasso escolar no Brasil. Determina as dimensões políticas do fracasso escolar na sociedade mostrando programas e modelos de ensino. Hargreves (2004) associa o ensino-aprendizagem com a economia inteligente.

As transformações comerciais modificando o perfil da educação e leis do mercado. Educadores como agentes ativos inseridos na política. A história do fracasso escolar no Brasil desde a catequese dos índios até as aberturas políticas após o regime militar. Redefinindo fracasso escolar a partir das alterações da LDB (Leis de Diretrizes e Bases) em 1988.

Fatores que causam ou estão relacionados com o fracasso escolar; os disléxicos; distúrbios orgânicos ou psicológicos; violência da família e da

escola sobre os aspectos racistas, elitistas de classe, ou deficiência físicas. Também, entre os fatores causais estão os aspectos culturais.

Os impactos do fracasso escolar no indivíduo e na sociedade, abordando a problemática da aprovação automática, evasão escolar, e a repetência. Resultados das políticas educacionais. Políticas participativas “uma luz no fim do túnel”.

Entretanto esperamos que, ao término da leitura do trabalho Diretrizes Políticas e Avaliativas do Fracasso Escolar, todos tenham avançado no conhecimento da realidade e no compromisso de participar ativamente na transformação da escola e da sociedade. Só assim a escola, em lugar de simples reflexo das condições sociais injusta do fracasso escolar, poderá ser um espaço crítico e um agente de mudanças dessas condições. Espera-se, portanto, que esta abordagem continue a indicar o caminho como contribuição possível para o enfrentamento dos desafios futuros.

1. Contextualização do Fracasso Escolar

Para tratar do tema, inicialmente é necessário conceituar “Fracasso Escolar”. Segundo Hildebrando de Lima no Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa, “Fracasso” pode significar: “baque; ruína; malogro; desastre; desgraça.” Por outro lado “Sucesso” segundo esta mesma obra seria: “Aquilo que sucede; acontecimento; resultado; conclusão; parto; bom êxito; resultado feliz.” É com base nesse concílio que podemos começar uma crítica aos conceitos que se tornaram tradicionais de Fracasso e Sucesso escolar.

Em um explicar de poucas palavras, fracasso escolar pode ser definido em contraposição ao sucesso escolar, um só se dá, com a ausência do outro. Traduz o estigma de valores socioculturais, em função de um ideal perfeito ou imaginário, que são cultuados pelos padrões determinantes de uma sociedade. Bernard Lahire (2004) que estuda as origens da desigualdade escolar ressalva melhor esses padrões:

“O “fracasso escolar”, ou “êxito”, é produto da interação entre determinadas estruturas familiares, motivadas por contextos econômicos, sociais, culturais, e de formas de vida escolar em um dado período de tempo”. (p.74).

Na avaliação educacional, o fracasso ou o sucesso é um julgamento ligado diretamente a uma escala de valores, onde se pode hipoteticamente constatar o grau de conhecimento formal do educando. Conhecimentos estes, referentes a um breve memorizar ou inseridos da vivência com acúmulos de habilidade. Embora se trate de uma avaliação com extrema simplificação didática, vejamos como Celso Antunes (2003) distingue os valores atribuídos aos educandos:

“Ao se chegar a um consenso sobre esses valores (ou eventualmente ainda inúmeros outros) já se percebe a imensa distância entre o “boletim tradicional” que expressa apenas resultados quantitativos e talvez cognitivos, com um portfólio ou ficha-diagnóstica que expressa claramente progressos quanto às capacidades, inteligências e competências.” (p.26).

O fracasso escolar constituiu-se e se manteve constante e crescente, devido à quebra de valores. Os poderes que direcionam a sociedade não podem ser desacreditados por ela. Assim a escola como instituição formadora de opinião não pode ser diminuída na sua importância, a família não pode ser constituída sobre bases falsas, descuidos ou falta de responsabilidade. Os valores acadêmicos tornam-se defectivos quando mais da metade da população se vê nos índices de fracasso escolar, transmitindo assim não só um fracasso educacional, mas um fracasso de vida, da família, do individuo e da sociedade.

Em vista que a humanidade passa por transformações bruscas de mudanças climáticas e cognitivas. Não se pode ter somente uma visão positivista ou elitista de épocas passadas, destas como antes da percepção do fracasso escolar. É preciso certo conhecimento para poder criticar, identificar, debater, elucidar e assim emergir das falácias educacionais.

Para afirmar precisamente o momento em que começou o fracasso escolar no Brasil é necessário ter compreensão das fases da educação junto com as mudanças políticas do país, desde o período colonial. Sabe-se que o fracasso escolar apresentou números expressivos, foi detectado e passou a ser alvo de pesquisas e estudos após a expansão educacional, onde todos deveriam ter acesso á escola de qualidade.

A expansão permitiu que fossem abertas as portas das escolas as classes menos favorecidas, para a participação da mulher e a inclusão racial. Partindo assim da idéia de que a universalização e a diversificação do ensino promoveriam a igualdade de oportunidades e seria a garantia de um regime democrático.

1.1. Compreendendo Fracasso Escolar

Pede-se aqui a liberdade de fazer uma análise minuciosa do termo fracasso escolar, tomando cuidado para não distorcer seus conteúdos. Para entender o significado de fracasso escolar na visão de Marchesi, Gil e Pérez (2004) a

conceituação foi fragmentada para melhor ser analisada, avaliando seu valor de informação e exposição do tema:

“O termo “fracasso escolar” já é inicialmente discutível. Em primeiro lugar, porque transmite a idéia de que o aluno “fracassado” não progrediu praticamente nada durante seus anos escolares, nem no âmbito de seus conhecimentos nem no seu desenvolvimento pessoal e social, o que não corresponde em absoluto à realidade...” (p.17).

Pergunta-se se há um equívoco no significado de fracasso escolar. Os autores defendem que o próprio termo fracasso escolar é discutível, porque transmite a idéia de que o educando não progrediu “nada” na prática durante a vida escolar. Ou será um pouco mais que nada quando os autores dizem “praticamente nada”? Não se pode concordar nem com uma e nem com a outra, porque a palavra “fracasso” etimologicamente não transmite o “nada”, mas sim o insucesso, e até mesmo a conotação que os estudiosos, historiadores e o próprio sistema educacional dão ao fracasso escolar, não é de “nada” de aprendizado. Em particular, o “nada” é extremista e fecha questão e o fracasso escolar não deve ser visto por este prisma.

“Em segundo lugar, porque oferece uma imagem negativa do aluno, o que afeta sua auto-estima e sua confiança para melhorar no futuro. O mesmo acontece se a etiqueta de fracasso for aplicada à escola em seu conjunto porque não alcança os níveis que se espera dela. O conhecimento público desta avaliação pode incrementar suas dificuldades e distanciar dela alunos e famílias que poderiam contribuir para sua melhora.” (p.17).

Os autores revelam a carga que é portar essa imagem negativa de não ser bem sucedido. Colocam a escola no lugar do educando que se encontra inserido nos índices do fracasso escolar, numa tentativa de mostrar que a escola tem responsabilidades, portanto seria catastrófico portar tal etiqueta, porque a verdade é: A escola faz parte do fracasso escolar.

“Em terceiro lugar, porque centra no aluno o problema do fracasso e parece esquecer a responsabilidade de outros agentes e instituições como as

condições sociais, a família, o sistema educacional ou a própria escola.” (p.17).

Pode-se aceitar que o educando no contexto fracasso escolar realmente transmita somente o foco do problema, como se fosse um termômetro que desencadeia outros indicativos do fracasso escolar, ele aponta a gravidade de sua situação e avisa que todo o conjunto ou parte dele não está bem estruturado. Na tradução dos autores o educando não é o único responsável, e é claro que não se coloca o educando como o único responsável, porque toda classe vive inserida no todo.

Outra visão sobre fracasso escolar é apresentada por Bossa (2002), no livro *Fracasso Escolar, Um olhar psicopedagógico*. O livro trata de um estudo avançado apoiado com a prática de 20 anos em clínica que trata dificuldades escolares. A autora se propõe a analisar todos os sabidos entraves do fracasso escolar, e a problemática gira em torno de uma colocação primeira, partindo da noção de sintoma. A autora justifica sua afirmação, porque o fracasso escolar tornou-se um sintoma social e o que consiste esse sintoma:

“Fizeram do problema da aprendizagem escolar um sintoma social.” (Bossa, 2002, p.12).

“O termo sintoma significa, nessa nossa abordagem, um entrave que faz sinal. Sinaliza que em nossa cultura a escola vai mal, a família sofre, a criança adoce. Assim, neste livro, a expressão sintoma escolar refere-se a todo tipo de entrave que leva ao fracasso escolar, seja decorrente de aspectos culturais, sociais familiares, pedagógicos, orgânicos, intrapsíquicos, etc. É importante esclarecer que esses aspectos não existem de forma isolada, e com isso queremos dizer que não há nada que aconteça no âmbito de um desses aspectos que não interfira ou modifique todos os demais.

Assim nesta obra, a categoria sintoma escolar abarca conceitos como dificuldades de aprendizagem escolar, problemas de aprendizagem escolar, distúrbios de aprendizagem escolar, problemas específicos da aprendizagem escolar, déficit de atenção, distúrbios de leitura, distúrbios de escrita, dislexia, distúrbios de conduta e outros.

O sintoma escolar e, conseqüentemente, o fracasso escolar impõe questões essenciais àqueles que se dedicam a seu estudo. São elas: sua determinação cultural, sua urgência e suas condições de possibilidades na singularidade.”

A autora esclarece que todos os aspectos do fracasso escolar não acontecem isoladamente, estão interligados e conectados um com o outro. Os aspectos internos ao indivíduo e os aspectos externos, indicam que carecem de uma construção linear e estável nas relações. No entanto, pode-se considerar concepção de desordem, quando diversas atividades e funções sociais permanecem em constante conflito.

1.2. Dimensões Políticas do Fracasso Escolar

Programas funcionais para aceleração do aprendizado, são direcionados a educandos que se encontram nos índices de baixa aprendizagem. No geral, são programas à parte, com financiamentos próprios, que incorporam grande número de estudantes, e que por sua necessidade e importância, logo ficam fazendo parte da estrutura pedagógica da escola.

Programas de alfabetização ou programas de leitura são importantes, mas desacreditam o percurso normal das escolas. É preciso que os educandos aprendam em seu tempo de estudo regular. Para que isso aconteça é preciso dar aos profissionais da educação básica: qualificação gratuita, continuidade de estudos, recursos e materiais didáticos, espaço físico adequado e tantas outras coisas dependendo do que se pretende atingir.

O modelo de ensino e materiais que são utilizados nas escolas desgasta os profissionais da educação e os educandos. Tornam o aprendizado difícil e desinteressante. Sendo do conhecimento de todos, tudo do que se precisa para que se tenha bom êxito na formação inicial, não seria necessário nem ser um estudioso sobre o assunto. Mas, pena que a política que muitos acreditam ser o bem comum para todos, ande na contramão da educação.

Para ilustra, num exemplo simples, vamos ver uma matriz de problema envolvendo a política, a sociedade, a educação e a economia de mercado. Coloca-se a política de partidos, o ministério, o congresso e a câmara, como quem determina os direcionamentos educacionais. Educação é vinculada à política, a política interfere diretamente na educação, e a educação dá a resposta determinando a sociedade. A educação determina um comportamento e impõe a economia. A economia faz-se de empregos, conhecimentos formais e não formais, informações, qualificações e tecnologias, que são oferecidos através da educação formal. A educação é corpo integrante na política, mas os recursos financeiros quem detém é o poder político. A educação é ditada pela política de políticos, e não por educadores ou os que fazem à educação. Hargreaves (2004) defende a “Sociedade do Conhecimento” como sucesso de inovação continua na economia e na capacidade de aprendizagem. Enuncia a questão da seguinte forma:

“Uma economia do conhecimento não funciona a partir da força das máquinas, mas a partir da força do cérebro, do poder de pensar, aprender e inovar.” (p.34).

Hargreaves associa o ensino-aprendizagem com a economia inteligente, como estão interligados, se sustentam ou fracassam juntos. É comum que se parta da idéia de fracasso escolar juntamente com a crise econômica. A crise teve inicio na década de setenta, quando foram inseridas inovações e dada à partida para um processo de mundialização do capital. Na época surgiram à implementação de novas tecnologias, e a precisão de novos modelos de organização de trabalho.

A transformação comercial obrigou modificações no perfil da educação para suprir as demandas de trabalho, consolidou-se então, a influência do tecnicismo educacional. O objetivo maior do governo era formar trabalhadores que atendessem as leis do mercado e não educação para formação humana. Muito pelo contrario era proibido ter visão critica sobre os acontecimentos e mudanças sociais, simplesmente elas eram impostas.

As leis de mercado foram ficando mais e mais exigentes com o perfil do trabalhador e um comportamento social diferenciado, de modo que as escolas não foram capazes de acompanhar o ritmo acelerado dos avanços

tecnológicos. Portanto foi necessária a abertura de redes de ensino complementar e direcionado para acompanhar o volume dos negócios. É importante frisar que nessas décadas houve uma explosão no crescimento demográfico.

Em qualquer parte da história da humanidade encontramos exemplos que se pode extrair o que deu certo e não repetir o que deu errado. Fica aprendizagem de uma época mesmo quando não se concorda inteiramente com as teorias. Herbart (1762), que nos dias atuais tem sua teoria muito diferente da pedagogia contemporânea, tem um papel importante na história da educação. Através da obra de Luzuriaga (2004) podemos resgatar nos relatos de Herbart, um pedaço da história referente à educação.

“Herbart viveu na Alemanha em uma época que se produziram, décadas após décadas, alguns dos mais importantes intelectuais da história. Alguns deles como Johann Wolfgang Von Goethe (1749-1832) na literatura e Kant na filosofia. Curiosamente, o país naquele período era constituído por dezenas de minúsculos principados, virtualmente independentes, mas subservientes aos grandes centros de poder, como Paris e Londres. No entanto, uma cultura sólida se desenvolvia nas universidades alemãs. A influência protestante e a tendência dos governantes alemães de se cercarem de funcionários cultos também ajudaram a criar um contexto em que os intelectuais costumavam ser chamados a contribuir para o bem comum.” (p.93).

Educadores fazendo parte das decisões de governo, mesmo com o sistema político longe de ser democrático, foram deixando contribuições fundamentais para educação.

Recentemente todos os discursos apontam para a existência do neoliberalismo na educação, a educação como via de acesso à modernidade (Sociedade do conhecimento). Sem aprofundar no mérito da questão, tem sido importante avaliar as propostas dos partidos que concorrem ao poder. Os educadores têm se estabelecer como seres políticos para promover a educação. Já que eles não gostam de usar a dialética, e não reconhece de que o saber do “bom político” nada se parece com o saber sobre educação.

As convergências de idéias das propostas com educadores, centralizam as questões educacionais. Se de um lado as demandas sociais são explícitas, do outro o consenso da gravidade do problema educacional ainda não tomou consciência da verdade óbvia. O país não atingirá os índices necessários para incorporar-se a nova ordem mundial, e o fracasso escolar será pertinente por longos anos na educação.

Educadores inseridos na política podem trazer contribuições formidáveis. Está em atividade e inteirado dos acontecimentos políticos, pode levar os educadores a terem melhor poder de discussão e postura crítica. Fazendo do educador um instrumento de informação para comunidade e a escola, numa tentativa de amenizar o problema do fracasso escolar.

1.3. Evolução Histórico-Social do Fracasso Escolar no Brasil.

A evolução do fracasso escolar no Brasil inicia-se paralelamente com o surgimento do ensino no Brasil, com a chegada dos jesuítas. O ensino era destinado somente para a moral, os costumes e a religiosidade européia, utilizando métodos pedagógicos, considerado um grande avanço para época. Porém, mudar hábitos e crenças não era algo que interessassem aos índios, eles já sabiam de todas as coisas que precisavam para viver, dessa forma o ensino já nascia fracassado por falta de utilidade, mas ninguém se dava conta ainda era a natureza dessa recusa, apenas julgava os índios pessoas selvagens e resistentes à nova cultura.

Instalaram as chamadas ‘Missões’ na região das bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, como também na Amazônia, no intuito de cristianizar os índios para preservá-los da escravidão. Como se houvesse diferença entre as duas práticas. O Brasil se encontrava no período colonial e mantinham obediência direta a Portugal. O grupo responsável pelos procedimentos de catequese foi nomeado Companhia de Jesus, chefiado pelo Padre Manoel da Nóbrega, trazidos na esquadra comandada por Tome de Souza.

Nos séculos XVI ao XVIII constroem igrejas e funda colégios que se dedicam o aprendizado do português para os indígenas, doutrina cristã, canto orfeônico e música instrumental, culminando o aprendizado profissional e agrícola e em outra vertente, o aprendizado da gramática latina para quem se destinavam a realização de estudos superiores na Europa (Universidade de Coimbra). Caracterizando assim no período colonial a educação uma orientação universalista e elitista. Universalista porque tratava de um plano adotado por todos os jesuítas em qualquer lugar do Brasil, e elitista porque priorizava a continuação dos estudos somente da elite colonial. Por tanto, uma educação discriminatória e voltada para os interesses de exploração.

Na segunda metade do século XVIII, os jesuítas foram expulsos por Marquês de Pombal, a educação jesuítica não convinha aos interesses do estado. Então foram criadas aulas régias de Latim, Grego e Retórica. Foi criado, para dar suporte financeiro as aulas dos professores autônomos, impostos que incidia sobre a madeira, o vinho, o vinagre e a aguardente. A educação no Brasil foi reduzida ao caos, e nada foi organizado para que pudesse dar continuidade, após a expulsão dos jesuítas, até a vinda da Família Real.

No século XIX, com a declaração da independência do Brasil, é outorgada a primeira Constituição Brasileira. O artigo 179 desta Lei Magna (1824) dizia que, "instrução primária e gratuita para todos os cidadãos". Na tentativa de se supri a falta de professores institui-se o Método Lancaster, ou ensino mútuo onde um aluno treinado (decurião) ensina um grupo de dez alunos (decúria) sob a rígida vigilância de um inspetor. Se houve boas intenções, os resultados não aconteceram. Pelas dimensões do país a educação no Brasil se perdeu mais uma vez, obtendo resultados pífios. Efetivou-se no Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II, com o objetivo de se tornar um modelo pedagógico para o curso secundário. De nada adiantou daqui até a Proclamação da República (1889) nada se fez de concreto pela educação brasileira.

No período da Primeira República (1889 a 1929), a organização escolar recebe influência da filosofia positivista. Esse período foi marcado por três reformas. A primeira foi Reforma de Benjamin Constant (1900) que substitui a predominância literária pela científica. Mas não deu certo, então

inclui a lógica entre as matérias e retira a biologia, a sociologia e a moral, acentuando, assim, a parte literária em detrimento da científica. A segunda foi a Reforma Rivadávia Correia (1911) que pretendia que o curso secundário se tornasse formador do cidadão e não como simples promotor a um nível seguinte. Correia transfere os exames de admissão ao ensino superior para as faculdades e os resultados desta Reforma são desastrosos para a educação brasileira. A terceira se chamou a Reforma de Carlos Maxililiano (1915) esta é uma reforma de movimentos políticos. O período tem certa complexidade e surge a reforma João Luiz Alves que introduz a disciplina Moral e Cívica, na intenção de combater os protestos estudantis contra o governo. Ocorre nesse intere a Semana da Arte Moderna (1922) e a Coluna Prestes (1924 a 1927).

Piletti (1993), conclui: “Alem disso, no que se refere á educação, foram realizadas diversas reformas de abrangência estadual, como a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923, a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925, a de Francisco Campos e Mario Casasanta, em Minas, em 1927, a Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), em 1928 e a de Carneiro Leão, em Pernambuco, em 1928. O clima desta década propiciou a tomada do poder por Getulio Vargas, candidato derrotado nas eleições por Julio Prestes, em 1930. A característica tipicamente agrária do país e as correlações de forças políticas vão sofrer mudanças nos anos seguintes o que trará repercussões na organização escolar brasileira. A ênfase literária e clássica de nossa educação tem seus dias contados.” (p.15).

Período da Segunda República (1930 a 1936), o Brasil dá entrada ao mundo capitalista de produção. A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e para tal era preciso investimentos na educação. Em 1934 a nova Constituição (“Polaca”) dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Instala-se o Estado Novo.

Período da Nova República (1946 a 1963) determina a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência á União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Cria-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Como também, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), vinculado a Organização das Nações Unidas (ONU). Surgem os Centros Populares de Cultura (CPC), á União

Nacional dos Estudantes (UNE), e o movimento de Educação de Base (MEB) ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e ao governo da União. Ano 1946 até o começo do ano 1964, período talvez o mais fértil da história da educação brasileira. Nesse período atuaram educadores que deixaram seus nomes na história da educação por suas realizações, educadores do porte de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Armando Hidelbrando, Pachal Leme, Paulo Freire, Lauro de Oliveira Lima, Durmeval Trigueiro, entre outros.

Período do Regime Militar (1964 a 1985). A trajetória militar na educação foi uma falsa idéia de progresso, somente planejavam fazer com que a educação contribuísse na formação de mão-de-obra operária. É instituída a lei 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971, a característica dessa Lei era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante, dentro dos “slogans” propostos pelo governo, como “Brasil Grande”, “ame-o ou deixe-o”, “milagre econômico”. Nessa época os educadores passaram a ser perseguidos por ideologias diferentes ao regime. Muitos foram calados para sempre, alguns se exilaram, outros se recolheram à vida privada e mais outros demitidos trocaram de profissões. Foi proibido de funcionar a União Nacional dos Estudantes (UNE). Foi criado os classificáveis, para alunos que fazia o perfil das provas, mas não havia vagas. Aproveitando o método Paulo Freire criou-se o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). A ditadura militar se desfez tamanha era a pressão da sociedade, que resultou na “Abertura Política”, mesmo assim não foi por eleições de voto direto. Esse período foi marcado pela repressão, censura e muita violência. A educação não passou de uma forma de controle da sociedade.

Período da Abertura Política (1986 aos dias de hoje) o MOBRAL foi extinto e criado o Projeto Educar. É criado o CNDM (Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres), FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), PAIUB (Programa de Avaliação Institucional), SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), PCN's Parâmetros Curriculares Nacionais), ENC (Exame Nacional de Cursos) e os CIACs (Centros Integrados de Apoio à Criança). Mesmo que possamos não concordar com a forma como vem sendo executados alguns programas, temos que reconhecer que, em toda história da educação do Brasil, contada a partir do descobrimento, jamais houve execução de

tantos projetos na área da educação num só período. Contudo não foi possível manter um controle sobre o fracasso escolar, nem garantir educação para todos.

1.4. Redefinição de Fracasso Escolar no Brasil.

A constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) trouxeram grandes transformações para a educação ao garantir escola para todos. Porém, a falta de investimentos em cursos de formação deixou o professor despreparado para lidar com a pluralidade cultural. Assim, muitos ainda esperam por um aluno idealizado. A escola deve compreender essa mudança de postura e se basear na realidade. Com o acesso dos excluídos á escola, houve uma queda na qualidade do ensino no Brasil.

Também é preciso saber se as ações e os agentes institucionais estão de acordo com as normas da LDB, como mostra essa reflexão de Moraes (2003) sobre gestão democrática na escola, à luz de Teoria da Ação Comunicativa (TAC):

“Habermas não vincula tais requisitos normativos de validade a valores culturais, mas valores são candidatos a materializarem-se em normas. À luz de valores culturais, as necessidades de um indivíduo aparecem plausíveis a outros indivíduos que partilhem da mesma tradição. Entretanto, necessidades plausivelmente interpretadas são transformadas em motivos legítimos de ação somente quando os valores correspondentes tornarem-se, para um círculo daqueles afetados, normativamente amarrados em regulamentares situações problemáticas específicas. Os membros poderão então esperar um do outro que em situações correspondentes cada um deles orientará suas ações para valores normativamente prescritos por todos os envolvidos. Essa consideração destina-se a fazer compreensível o fato que o modelo normativo de ação equipa o agente não somente com um “complexo cognitivo” mas também com um “complexo motivacional” que possibilita um comportamento de acordo com uma norma.”(p.60).

Nas últimas décadas, o Brasil colocou nas salas de aula uma grande quantidade de crianças e jovens antes excluídos do sistema de educação. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a média nacional da taxa de atendimento escolar a criança entre 7 e 14 anos em 1980 era de 80,9%. Esse número saltou para 96,4% em 2000, ano em que foram registrados 35,7 milhões de matrículas no Ensino Fundamental.

Alguns estados apresentaram números ainda mais expressivos. Em Alagoas, por exemplo, a taxa passou de 59,9% para 92,3% no mesmo período. Frequentemente, os péssimos resultados obtidos pelos alunos brasileiros no Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) é atribuído ao ingresso maciço desses jovens, que vem de famílias de baixa renda e pouco instruída do ponto de vista acadêmico. A universalização do ensino sem atualização didático-pedagógico e capacitação profissional apropriada contribuiu com a baixa qualidade de ensino nas escolas do Brasil.

A educação no Brasil está atrelada a decisões burocráticas vinculadas a pautas, emendas de leis que se distanciam da realidade das escolas, as convenções e normas são importantes, mas somente quando o que se propõem é posto em prática. Porém sabe-se que para isso os investimentos necessários devem ser aplicados de forma correta e decisiva.

2. Fatores Causais ou Relacionados do Fracasso Escolar

A inter-relação dos aspectos que define o deficiente funcionamento do sistema de ensino está atrelada em comum acordo, com se fosse um só corpo, os aspectos orgânicos, psíquicos, familiares, pedagógicos, sociais e culturais. As causas do fracasso escolar esta a volta de cada individuo, por um, ou outro motivo, ou ainda alguns ou todos os motivos.

Então, já que o fracasso escolar reflete em todos os seguimentos na vida de um individuo, e vise e versa. Não deveria ser prioritária a educação em um país? Temos exemplos de vários outros países que investiram maciçamente seus recursos na educação e reverteram suas situações, passaram de países de terceiro mundo para superpotências mundiais.

2.1. Orgânicos

A situação dos educandos disléxicos, obesos (ansiedade), desnutridos, anoréxicos, alérgicos, hiperativos ou com retardos mentais tornam o aprendizado complexo, inclusive porque geralmente os educadores desconhecem os distúrbios que causam essas patologias. O cuidado na avaliação é prioridade uma vez que a existência de uma dessas características não significa que a criança não tenha condições de construir um aprendizado, a combinação de características dos sintomas do fracasso escolar, não quer dizer que se deva desistir.

Geralmente não adianta utilizar diferentes recursos pedagógicos se o estudante está com a auto-estima abalada, muitas vezes o educando já passou por vários traumas antes do diagnóstico ser feito. Então, o melhor a ser feito é tratar os distúrbios para sanar as patologias. Bossa (2002) nos revela através dos estudos já catalogados que:

“O trabalho clinico fornece-nos, todos os dias, o testemunho dos sofrimentos gerados e vividos nos relacionamentos, especialmente os provenientes das dificuldades de aprendizagem escolar. O apelo desse sintoma na criança introduz-nos no mundo fantasmático dos adultos, revelando as desventuras do mundo de relações - um mal-estar na cultura. Como dissemos, muitas crianças escolhem inconscientemente a área escolar para manifestar um sintoma. O apelo do não-aprender tem na angustia o seu motor. Mobiliza, comove, traz á tona uma verdade, a verdade do sujeito. Essa afirmação é fruto de uma prática de longos anos de atendimento a crianças que se queixam de dificuldade de aprendizagem escolar. O atendimento clinico revela-nos que, para além das queixas, há o

peso das tensões e interferências da dinâmica emocional inconsciente dos adultos que vivem á volta das crianças”.(p.60).

Quando o educador consegue acolher o educando e respeitá-lo em suas diferenças sem cair na armadilha do sentimento de pena, proporciona a ele um grande benefício, mais do que isso, oferece também a toda a classe uma rica experiência de convivência.

A diversidade e a tecnologia podem ajudar muito, é possível utilizar programas oferecidos no mercado para montar uma metodologia de apoio ao aprendizado. O educando que tem dificuldades de aprendizado no processamento das informações pode usar o computador como um facilitador. Mas essa colocação não traduz a realidade financeira da população brasileira, o que bem se vê, são indivíduos com péssimo hábito de nutrição, que desencadeia desordens psicológicas e péssimas condições de estudos, que causa desinteresse.

2.2. Psicológicos

A saúde mental é responsável pelo equilíbrio emocional, fundamental para educadores e educandos. A escola é cenário para a aprendizagem onde o educando promova a integração do conhecimento e o raciocínio. Mas o que acontece é bem diferente, nem todos conseguem fazer corretamente a apreensão dos conhecimentos repassados, porque o educando não se sente bem na escola. A escola não tem nada haver com sua vida de todo dia. Dentro dela não há espaço para seus problemas e preocupações. Não tem quem tenha tempo para dar atenção, a um ou outro educando que se encontra em dificuldade e a família faz a mesma coisa com seus jovens. Criou-se o tempo que ninguém pode precisar de alguém, e todos devem nascer auto-suficientes.

Os educadores, na maioria das vezes, não são vistos como pessoas amigas que estão ali para ajudar, mas sim como aquelas pessoas que sabem o que eles não sabem, falam quando eles têm que ficar quietos, castigam quando

eles se comportam mal e reprovam quando eles não conseguem apreender o que tem que ser apreendido. Eles têm medo, e para se defender, se fecham em si mesmos ou tornam-se agressivos e indisciplinados.

Os educandos pouco a pouco vão perdendo a motivação para continuar se esforçando, vão se sentindo realmente incapazes de aprender e vão se resignando a um fracasso que vai marcar o resto de suas vidas.

O educando como sujeito é capaz de traduzir seu posicionamento quanto á problemática do fracasso escolar, ele entende que o sucesso é muito importante para ele porque é importante para seus pais e amigos, entende que é uma imposição da sociedade que lhe coloca em posição favorecida ou não. Mas mesmo tendo ciência destes fatores, não consegue se enquadrar nas normas, regras e métodos educacionais. Bossa (2002) sugere que os fatores se diferenciam a partir das ações cognitivas. Veja:

“Da mesma forma, são esses aspectos da experiência vivencial que definem a melhor forma de tratamento, ou seja, a maneira como a criança reage á falha na provisão ambiental. Não obstante os fatores externos e internos tenham profunda influência na organização da vida mental à medida que significam vivências únicas de cada ser humano, existem certas formas peculiares que se caracterizam a e se diferenciam entre si; o indivíduo manifesta-as, consciente ou inconscientemente, diante dos problemas os quais se defronta. Essas formas peculiares possuem íntima relação com certas etapas do desenvolvimento pelas quais o sujeito tenha passado”. (p.160).

A maturidade psicológica dará ao educando condições de não externar a indignação dos seus problemas de maneira errada. E se essa maturidade for alcançada, não haverá troca de valores. Como por exemplo, “Ser bem sucedido” na escola atrai a atenção, assim como o “ser um fracassado” pode ser um sucesso, dependendo da capacidade interpessoal. O que deseja o educando que fracassa? O que deseja o educando que é bem sucedido? Ambos desejam a mesma coisa? Há razão para esses objetivos, não tenhamos dúvidas, pois os seres humanos desencadeiam defesas e ataques comportamentais e psicológicos que compromete o estilo de vida. Lógico que o educando bem sucedido em seus estudos não pensa em somente ser popular, aprendendo dentro do tempo de ensino ele governa sua própria vida e se determina dentro de suas metas a alcançadas.

2.3. Familiares

É preciso tratar a importância da família na educação do educando, considerando as particularidades de cada educando. Os problemas familiares afetam diretamente no rendimento escolar dos educandos, tornando o trabalho dos educadores pouco receptivo. O fracasso escolar no aspecto familiar tornou-se estatística para pesquisadores na área da educação, provando que quando a família vai mal, o educando poderá ser um forte candidato nos índices dos que fracassa na escola.

Para melhor demonstrar a força que exerce a família e a escola na vida do educando, devemos analisar essa analogia singular entre as duas: supondo que a família para o educando fosse representada por uma balança, ela seria um dos pratos que pende de igual valor com a escola. A família e a escola têm peso representado como apoio à educação. Quem por mais atributos para alimentar os interesses do educando, pesa mais, e empurra o outro prato para cima. Mas se a família não apóia, não tem peso, o prato fica leve e sobe, conseqüentemente empurra a escola para baixo. De forma que, para existir um equilíbrio entre a família e a escola, é preciso manter cada uma o peso de igual valor, alimentando assim a auto-estima do aluno que se sentirá alicerçado e seguro para construir seu aprendizado.

Problemas financeiros graves, tratamento violento, falta de atenção dos pais, pressão psicológica e pais alcoólatras, podem fazer com que o educando leve para a escola parte dessa violência. E são problemas que dificulta o raciocínio e a concentração para o estudo. Cada problema familiar tem um nível de gravidade, uma separação pode ser um ato compreensível por todos, sem violência e nem discussões calorosas. Entretanto, a separação também pode ser violenta, ofensiva e traumatizante, pondo medo, angústia e revolta.

Acarreta que quando o educando que tem problemas familiares tende a descarregar de forma negativa nos colegas, nos objetos de uso pessoal ou patrimônio da escola, é uma expressão que traduz um alerta. Sem contar que o professor será seu alvo principal para demonstrar toda sua revolta. E o professor neste momento vai ter que entender que este educando está precisando de apoio e afeto.

Quando um educando se encontra entre os que não estão bem na escola, geralmente o educador tenta manter contato com os pais, muitas vezes não consegue, mas quando consegue, o mais comum é ouvir a celebre frase “Eu não sei mais o que faça”. Nota-se a total falta de controle e ação por parte dos pais em relação aos estudos do filho. Demonstra assim a fragilidade das relações, e a vontade de permanecerem alheios aos problemas do filho, como bem explana Marchesi (2006):

“A primeira dificuldade dos pais é ter consciência dos atrasos iniciais de seu filho ou dos problemas de comportamento que começa a manifestar. Em muitas ocasiões, esta atitude de negação impede a adoção de decisões que podem ajudar aos filhos-alunos. Tampouco é positiva a atitude contrária: uma preocupação excessiva por qualquer problema, e que provoca ansiedade e gera desconforto na criança. Para que os pais saibam que seu filho necessita de apoio ou cuidado especial, é preciso que os professores falem com eles. Às vezes os pais resistem em aceitar este fato porque idealizam o desenvolvimento de seu filho ou porque não querem enfrentar o esforço que implica reconhecer que seu filho tem problemas na escola.”

A família mesmo quando não apóia aos filhos querem resultados, exigem que seja bem sucedido, o mesmo acontece á escola, não acompanha o educando e exigem aprendizado, tarefas, comportamento e que seja bem sucedido. Muitas vezes, para alguns educandos é excessivo o que se exige nas escolas. É nesse momento que a falta de apoio de ambas se transforma em fracasso escolar.

2.4. Pedagógicos

As práticas pedagógicas pouco têm ajudado a mudar a realidade das escolas e não agem corretamente para amenizar os índices do fracasso escolar. O papel da escola é de agir não somente para valorizar o individuo, mas sendo parte integrante da sociedade. E os conteúdos de ensino não apenas sistematizados, mas com sua significação humana e social. A postura pedagógica admitindo o conhecimento do povo e combatendo ideologias

dominantes, faz com que o educando, a família, e a comunidade se identifiquem com o ambiente educacional.

Quando falamos dos aspectos pedagógicos relacionados ao fracasso escolar, falamos da necessidade de um profissional qualificado para suprir essa lacuna, que é imprescindível, e que assiste diretamente ao professor. Porque não necessariamente todo professor precisa ser formado em pedagogia, mas todo professor precisa obter práticas pedagógicas, para usar em sala de aula.

Mais importante de resolver os problemas de aprendizagem do educando e resolver a falta de habilidade do educador, o orientador educacional pode desenvolver no sentido de evitar a ocorrência desses problemas. O governo não prioriza a assistência pedagógica, é um serviço que traria benefícios ao educador e a instituição. A falta desse profissional resulta em descrédito devido a vários fatores, entre os quais a questão do currículo, do material, do livro didático e das condições de trabalho.

Naturalmente, a transformação desses ideais em planos e metas factíveis exige consideráveis recursos financeiros. Deverão ser cobertos pelo governo com a criação gradativa de atributos. Os estabelecimentos privados de ensino são empresas privadas, pela ordem natural detém de recursos próprios, onde se desenvolve as práticas pedagógicas fluentemente. Esse é um dos motivos do salto de qualidade na escola particular e o fracasso do sistema de ensino público.

No fracasso escolar os métodos de ensino e as práticas sociais são pressupostos para redirecionar a aprendizagem. Segundo Libâneo (1985) verificam-se três tendências pedagógicas que interpretam o ensino-aprendizagem na sociedade: educação como redenção, reprodução e outra como transformação. Sendo a redentora traduzida pelas pedagogias liberais e a transformadora pelas pedagogias progressivas. Libâneo (1985):

“Um ponto de vista realista da relação pedagógica não recusa a autoridade pedagógica expressa na sua função de ensinar. Mas não deve confundir autoridade com autoritarismo. Este se manifesta no receio do professor em

ver sua autoridade ameaçada; na falta de consideração para com o aluno ou na imposição do medo como forma de tornar mais cômodo e menos estafante o ato de ensinar. Além do mais são incongruentes as dicotomias, tão difundidas por muitos educadores, entre “professor-policia” e “professor-povo”, entre métodos diretivos e não diretivos, entre ensino centrado do professor e ensino centrado no estudante. Ao adotar tais dicotomias, amortece-se a presença do professor como mediador pelos conteúdos que explicita, como se eles fossem sempre imposições dogmáticas e que nada trouxesse de novo.” (p. 73).

Libâneo determina que educadores tenham que permanecer constantemente em movimento, buscando novos saberes e novas formas de aprendizagem, porque a cognição precisa desses procedimentos.

2.5. Sociais

Piaget (1975) acredita que é relevante, além do conhecimento físico e lógico-matemático, o conhecimento social. Resultante da aprendizagem de valores, regras morais, padrões de linguagem, convenções, costumes, enfim, de tudo que possa estar no âmbito de uma determinada cultura. Somente agindo e interagindo com as pessoas, o indivíduo poderá conquistar esse nível de conhecimento que, diferente dos dois anteriores, não possui a universalidade que os caracteriza, exatamente por ser um produto de conquista dos diferentes grupos sociais.

Obviamente, qualquer reflexão feita sobre as relações humanas, na problemática do fracasso escolar, esta longe de mostrar o verdadeiro sentimento de derrota que passa o educando. As causas mais comuns estão no cotidiano do aluno, e o sistema de ensino não se dar conta do erro de como são tratados os temas sociais nos livros didáticos nas escolas.

Esses temas sociais mostram um comportamento inadequado, comparado com a realidade do indivíduo. Porque lidam com valores absolutos, com noções rotuladas, com idéias preconcebidas e modelos que anulam

qualquer questionamento, não permitindo que se restaurem as relações, tais como elas aparecem na própria vida.

É comum que os livros didáticos que tratam os valores sociais, mostrem famílias brancas, retratadas como; alegres, unidas, bem nutridas, bem vestidas, compostas de pai, mãe e filhos, (Modelo estereotipado, que desconhece a heterogeneidade das relações familiares.) apresentando o modelo valorizado pela classe média alta. Onde o pai, geralmente aparece de terno e pasta de executivo, deixando claro o comportamento profissional idealizado para o sexo masculino, e a mãe, de avental e lenço na cabeça, atendendo às tarefas domésticas.

Esse tipo de relação do indivíduo com o modelo idealizado, reforçam o preconceito contra o trabalho profissional da mulher, contra o homem do campo, o índio, o negro e as profissões práticas. E como conseqüências, incutem, desde cedo, nos indivíduos das classes populares o sentimento de inferioridade, dada à distância existente entre os padrões sócio-culturais da classe social a que pertencem e o modelo ideal, mostrados nos livros.

A discriminação racial na pré-escola é quase zero, a não ser pelos próprios pais. O preconceito entre os educandos e a escola começa nas séries seguintes. Foi preciso criar projetos pedagógicos que privilegiassem a igualdade racial. Em maio de 2004, foi aprovada a Lei nº 10.639, sendo obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio. Resultado, a maioria das escolas não aplica a Lei, porque não tem conhecimento da Lei, porque não acham importante ou porque acham que tocar nesses assuntos não resolve nada.

As discriminações foram sendo descobertas na educação, e muito devagar estão sendo melhoradas, mediante o julgamento que também se faziam das novelas e comerciais de televisão. O posicionamento aqui, é que não se deve levar farsa no aprendizado do indivíduo e nem deve ficar limitando o círculo de informações, conhecimentos ou experiências. A função do educador é ampliar a construção de novos conhecimentos e abrir preleções para outros tipos de preconceitos.

Em relação às considerações primeiras, podemos dizer que a estruturação do conhecimento social do indivíduo deverá estar atenta a pontos básicos como: oportunizar ações, através das quais o indivíduo possa entrar em contato com os diversos aspectos de sua cultura, (convenções, comportamentos, símbolos, valores etc.) e evitar a transmissão ideológica de uma realidade falsa e unilateral, que no âmbito educacional, provoca o fracasso escolar.

2.6. Culturais

Em qualquer classe social o indivíduo é exposto à cultura. Os tipos de cultura mostram o porquê que as pessoas são diferentes, porque as diferenças das culturas estão no comportamento e capacidade de assimilar e administrar os conhecimentos. Bossa (2002) diz como a educação sobrevém aos instantes sensíveis e à sua configuração objetiva. Assim, na opinião da autora:

“A educação, por sua vez, é de suma importância para a entrada da criança na cultura, para que haja continuidade na transmissão do saber cultural. Os próprios limites e exigências impostos pela escola são necessários, posto que não há como escapar às renúncias impostas pela civilização. Educar sem proibições não possibilitaria à criança o acesso ao gozo; sem interdições, não poderia instaurar-se o desejo. No entanto, não se pode esperar uma educação perfeita, um controle total da criança, pois aqui, também, haverá algum fracasso, uma impossibilidade de realização.” (p.54).

O fracasso escolar é uma realidade porque ser fracassado já entrou na cultura das sociedades, se criou essa atmosfera. O pensamento é que estudar é muito trabalhoso e desperdiça o tempo em que se poderia estar gerando dinheiro. Muitos educandos começam a detestar a escola e a querer evitá-la desde os primeiros dias de aulas. Esse fato acaba tendo reflexos negativos em toda a sua vida, tanto dentro como fora da escola.

Convém lembrar sempre que a escola só existe em função do educando e para ele deve ser organizada. Assim, a escola deveria ser um ambiente agradável, em que o educando se sentisse bem e aproveitasse ao máximo as horas em que nela passa.

3. Impacto do Fracasso Escolar no Indivíduo e na Sociedade

A contribuição que as teorias do fracasso escolar trazem ao conhecimento do processo educacional é um ato pedagógico. Quando se considera que, nos últimos quarenta anos a evolução da pesquisa em educação (no contexto brasileiro), vem sendo marcada ora pelo domínio dos esquemas da psicologia experimental, ora pela disputa entre a sociologia da educação e a psicologia da educação. Dado ênfase as ciências econômicas, as pesquisa em educação tem o pretexto prático de soluções de planejamento e de administração nos sistemas sociais. Após uma fase de repressão ideológica.

No país vivenciaram-se as redes cobertas do marxismo e o esforço para repensar a educação. Em questões de articulações estruturais e históricas da sociedade viveu-se uma época que mais se cuidou da abordagem do que da solução do fracasso escolar. Contrapor-se ao qualitativo, não está pondo em questão a falta de esforço para apreender. Vários problemas da educação estão no processo que articula o objeto concreto, o educando, que em sua complexidade, está na totalidade social.

O movimento histórico que os faz circunscrever em espaços e tempos precisos sobre os destinos da sociedade na educação, por outro, não se pode excluir também os efeitos do fracasso escolar no indivíduo. Em outros termos a educação é um amplo processo dialético que comporta três momentos especiais que Abranches (2000.p.47) nos explica: “Tomada de consciência de si, do outro e do mundo (conscientização); a integração numa sociedade (politização) o compromisso histórico de engajamento (participação)”. Neste quadro a educação aparece como um processo amplo em que se insere a família a escola fazendo com que o sofrimento não seja preciso.

A opção teórico metodológica pela abordagem do fracasso escolar é uma direção para quem busca caminhos consciente do problema. As medidas que se tomou pouco tinham efeito para reverter tal quadro. As escolas exerciam um papel distante da realidade do educando que havia mudado com o progresso e o avanço das tecnologias tornando mundos diferentes, o educando na sociedade versos o educando em sala de aula. Para a criança

ou para o adolescente desempenhar uma atividade mental em condições diferentes de recursos utilizados, torna-se uma incoerência prática.

3.1. Evasão

O abandono da escola é um dos problemas mais graves em todos os níveis de escolaridade, do ensino infantil aos cursos superiores, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do Mec. São registrados altos índices de abandono. Mas isso ficou como coisa do passado. Segundo o INEP em 1997 havia um alto índice de evasão, e que a partir de 1999 a 2000 houve uma queda da evasão e um crescente número de matriculados nas séries iniciais. De acordo com esse órgão era um sinal de esta havendo correção no fluxo de educando de uma série para outra, diminuindo a defasagem escolar.

A repetência, como dissemos, era fator que impedia o progresso nos estudos e que provocava a evasão escolar porque contribuía para distorção entre série e idade. A diminuição da evasão e o acréscimo de matrículas se deu através dos estímulos e ações do governo federal com programas de incentivos financeiros as famílias. Também tiveram papel as mudanças das leis de diretrizes e bases (LDB) quando instituiu a progressão continuada, onde os educandos são avaliados de forma diferenciada e geralmente ao final do primeiro ciclo (4ªsérie) e do segundo ciclo (8ªsérie). Torres (2004) também admite esse pensamento quando diz:

“A aprovação automática contradiz o **status quo** e o convencional **modus operandi** da cultura escolar, porque, em geral, suscita resistências entre os agentes escolares e entre os próprios pais. Com frequência, isso determina que as regras da aprovação automática sejam parcialmente cumpridas ou, inclusive, que não passem do papel. A aprovação automática – ou qualquer medida tomada isoladamente – pode diminuir bastante a repetência, mas não, necessariamente, assegurar a aprendizagem. Vários países interromperam a aprovação automática, ao comprovarem um aumento no número de alunos que abandonam a escola sem terem obtido níveis

aceitáveis de leitura e escrita. De fato, os países começam a perceber que diminuir a repetência, melhorar o ensino e assegurar aprendizagem eficaz não significa a mesma coisa e que pode, inclusive, não existir uma relação causal entre um e outro. Dessa forma, começam a conscientizar-se de que a aprovação automática, mesmo não sendo uma solução para a repetência, tem o mérito de chamar a atenção e propiciar uma mudança de atitude em relação a esta.” (p.40).

A evasão deverá ser um problema para educação. Em outros momentos os motivos da evasão eram repetência e defasagem de faixa etária. Hoje a evasão se dá justamente por decisões tomadas no passado, se hoje o estudante navega de uma série à outra numa progressão escolar, sem se preocupar com a construção do seu aprendizado, perderá totalmente o interesse quando se deparar com disciplinas mais complexas.

A evasão dos novos tempos já começou mostrar sua cara e estudantes estão abandonando as escolas por não ter base para enfrentar a série seguinte. O maior problema é que a aprovação automática, por si só, é insuficiente para garantir a eficiência do aprendizado, como compravam exames feitos pelo Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) em 1999 mostram que apenas 10% dos educandos de 4ª série aprenderam matemática satisfatoriamente. O conteúdo de língua portuguesa é razoavelmente apreendido por apenas 42% dos estudantes da rede pública, de acordo com os critérios adotados pelo SAEB. Qual será a próxima solução para enfrentar esse problema? Não posso imaginar, mas o que se tira dessa lição e que todos os estudantes com diploma de ensino fundamental e médio foram nivelados por baixo.

3.2. Repetência

A repetência foi durante muito tempo o maior vilão da educação brasileira, no ano de 2000 e os que antecederam a ele, foram finais de ano de extremo tormento para as famílias e escolas. O pesadelo estudantil era registrado para mais de 7 milhões de brasileiros reprovados na escola, estudantes que

não atingiram o percentual aceitável, todos foram julgados incapazes e terão que refazer a série que acabaram de concluir.

No ensino médio apesar do rápido aumento da escolarização no país, apenas 32% dos educando entre 15 e 16 anos (faixa etária considerada ideal para esse nível educacional), estão matriculados no ensino médio, segundo dados do MEC. Os 68% restantes ainda estão no ensino fundamental ou abandonaram os estudos. De acordo com a UNESCO na Colômbia a escolarização nessa faixa etária é de 50% e no Chile de 55%. Na Europa a taxa chega a 80%. O atraso escolar se reflete na idade dos alunos que concluem o ensino médio. Em 1999, 62% concluintes nesse nível de educação tinham 18 anos ou mais, idade suficiente para esta cursando o nível superior.

Ensino superior atualmente passa por um período de expansão acelerada, esse crescimento se deve, em grande parte a rápida expansão do ensino médio, que aumenta a demanda por vagas no ensino superior. Por outro lado no ensino superior tem uma defasagem entre o crescimento das vagas no ensino particular e na rede pública. Enquanto as matrículas nas instituições privadas cresceram 16,9% em 1999, na rede de universidades federais o aumento no número de alunos foi de 8,4%, e nas estaduais de 10,3%.

O resultado desse descompasso é a exclusão de muitos educandos que não tem recursos para pagar as altas mensalidades cobradas no ensino privado. Segundo o senso do ensino superior elaborado pelo INEP, a cada dez instituições, oito são privadas e duas são públicas, divididas entre federais, estaduais e municipais. Um dos problemas maiores registrados nessas instituições é a baixa produtividade que se manifesta nas altas taxas de repetência e de abandono dos cursos. Um em cada três estudantes que se ingressam na universidade não consegue se formar no prazo normal. De acordo com um levantamento da INEP 35,1% dos alunos matriculados em 1994 ainda não tinham concluído o curso no final de 1998 ou porque tiveram alguma reprovação nesse período ou porque largaram à universidade.

4. Estratégias de Prevenção e Superação do Fracasso Escolar

A superação só poderá se dar, quando todos promoverem as mudanças necessárias. Para obter o equilíbrio do bom desempenho ensino-aprendizagem e preciso ter noção de qualidade, digo: qualidade total em educação. Qualidade do ensino e qualidade de vida, sendo a qualidade de vida uma premissa maior, é um preparo para educação.

Vejam como a melhoria da qualidade de vida influencia nesse equilíbrio. Ele promove a integração social, melhorando as relações entre educador/educando, educador/pais, pais/filhos e posteriormente o resto dos familiares e amigos; desenvolvendo capacidades inatas dos indivíduos; propondo desafios; humanizando as pessoas, estimulando corretos valores morais e intelectuais e mantendo o equilíbrio emocional. As qualidades psicológicas apresentadas estarão presentes no indivíduo somente quando ele se sentir seguro. Quando sua posição na sociedade estiver conquistada e quando essa sociedade for mais justa.

São improcedentes as acusações feitas ao sistema educacional brasileiro? Quando sabemos que apenas uma pequena parcela da população é beneficiária de sua atual fase de desenvolvimento e que também há injustiça na distribuição da riqueza. Não veremos melhor o caminho para a superação deste quadro do que dar a mais alta prioridade à educação como fundamental? A começar pela educação pré-escola. Caso contrário, isto é se insistimos em desviar boa parte de nossos recursos para a corrupção, ou justificando gastos para outros setores do governo, auxiliando com isto precisamente os menos necessitados, só estaremos contribuindo para a manutenção, se não para o progressivo agravamento dessa injustiça.

Os diplomas legais em educação que expressem belas aspirações, não têm finalidade somente de um destino parado na parede. Traduzem doutrinas filosóficas e pedagógicas, do que realmente necessitamos. É preciso uma corajosa política educacional que se mostre capaz de levar o ensino ao maior número possível de indivíduos.

Um programa de ensino de tão alta complexidade exige medidas que atinge todos os profissionais de ensino, acompanhados de outros segmentos.

Talvez as mais importantes sejam aquelas que alcançam diretamente o educando, criando-lhe condições para melhor aproveitamento do ensino, mesmo antes de ingressar na escola.

O primeiro passo decisivo seria a coordenação de esforços de vários setores da administração pública, nas esferas, federal, estadual e municipal, no sentido de levar aos educandos, desde os primeiros anos de vida à assistência-médico-sanitarista. Sobretudo, deverá se priorizar a alimentação, pois no que se refere aos primeiros anos de vida é sabido que aquele que não ingeriu quantidade suficiente de proteínas até os três primeiros anos de vida, terá seu sistema nervoso definitivamente prejudicado, ele poderá ser condenado, à deficiência intelectual. Este quadro se torna mais terrível ainda quando agravado por maus tratos.

Seria necessário, também e paralelamente, que se desenvolvesse em todo o país, principalmente nas regiões subdesenvolvidas, onde as escolas são mais atrasadas. Para melhoramentos de bairros pobres das cidades, deveria ser construída uma grande rede de creches, escolas maternas e pré-escolas que pudessem, ao lado do amparo afetivo indispensável, ir criando as condições para o aparecimento dos hábitos de sociabilidade, o desenvolvimento do mecanismo sensório-motor e o estímulo da inteligência.

Todos sabem que o baixo rendimento dos educandos nas escolas brasileiras deve-se, sobretudo à deficiência desses fatores, que deveriam ser criados anteriormente, e cuja ausência determina muitas vezes danos irreparáveis. Por isto acreditamos que o país deveria gastar uma parte significativa de seus orçamentos destinados à educação e à assistência social precisamente com aquela faixa da população abaixo dos 7 anos de idade. Isto se estiver disposto a levar, a longo prazo, a instrução corretamente a todos os cidadãos.

4.1. Família

O papel compensatório da escola na formação do indivíduo, não invalida a importância fundamental da orientação proporcionada pelo convívio familiar. A formação educacional dos pais influi parcialmente, suas idéias, suas metas, valores morais e o respeito ambientalista. São fatores preponderantes para revelar no pequeno espectador conceitos sobre as coisas, formando um caráter forte e íntegro. Essa é a própria definição de Jesús Palácios (2004) em seu texto *Relações família-escola: Diferenças de status e fracasso escolar* no livro *Fracasso Escolar, uma perspectiva multicultural*. Senão vejamos:

“Os filhos de pais com estudo universitários mostram um domínio de vocabulário que contrasta com o dos filhos de pais sem estudos ou só com os estudos fundamentais. Mencionar essa diferença tão previsível não teria especial interesse se não fosse porque os resultados do final de ano mostram que tanto umas como as outras crianças tem, nessas idades, as mesmas possibilidades de progredir.” (p.78).

O poder socioeconômico é fator que está intimamente ligado com a motivação. Não podemos comparar o educado que se alimenta bem, tem condução fácil para a escola, têm de posse todos os materiais didáticos, tem horário e local adequado para fazer a lição de casa. Com uma criança que espera sua primeira refeição no intervalo da aula, que anda bastante para chegar à escola, não possui sequer lápis, não tem onde se reserve para efetuar suas lições escolares. Da para sensibilizar porque são fatos reais. Esses educandos têm situações totalmente diferentes, e tentam se sob por as dificuldades. E poucos conseguem cumprir suas carências. Palácios (2004) detalha:

“Os recursos de que a família dispõe têm idêntica relação de sentido com o desenvolvimento da linguagem: as crianças que procedem de famílias com mais recursos educacionais e com nível socioeconômico alto se sobressaem das demais, o que é pouco surpreendente, porque se trata em grande parte das mesmas famílias a que acabamos de nos referir com nível superior de estudo. Em sentido contrário, o rendimento verbal dos meninos e das meninas de famílias com menor disponibilidade de recursos tende a ficar sensivelmente abaixo dos demais.” (p.79).

Na visão de Álvaro Marchesi e Eva María Pérez:

“O desemprego de longa duração cria enorme insegurança nas famílias, o que prejudica o acompanhamento estável do progresso escolar de seus filhos. As moradias sem as mínimas condições de habitação ou que não dispõem de algum espaço para que as crianças possam realizar suas atividades escolares não favorecem nem o desenvolvimento nem a aprendizagem infantil. O baixo nível cultural e educacional dos pais limita inicialmente suas possibilidades para a ação educativa e os retrai de maior participação e colaboração na escola. Por tudo isso, os programas que contribuem para resolver os problemas de emprego, de moradia e de educação nos setores sociais mais desfavorecidos têm um efeito indireto, mas grandemente positivo na redução do fracasso escolar.” (p.30).

4.2. Escola

A escola é feita por educadores e educandos, não somente uma estrutura construída. É até algo mais, feito de afeto e puro amor á educação. Vigoram leis para educação em que os sistemas de ensino estimularão, mediante planejamento apropriado, o aperfeiçoamento e atualizações constantes dos seus educadores e especialistas de educação.

Segundo nos parece, o cumprimento desse dispositivo legal, por parte dos diversos sistemas de ensino, está longe de acontecer. Geralmente, o educador é jogado à própria sorte, sendo obrigado a trabalhar um número expressivo de horas diárias, em sala de aula, para poder sobreviver. O tempo que sobra para o aperfeiçoamento e atualização é escasso ou inexistente.

Tanto o aperfeiçoamento quanto a atualização constante são indispensáveis para qualquer ser humano e muito mais para os que se dedicam à educação das novas gerações. O educador que, ao concluir seu curso de formação, abandona os livros, as discussões, os debates sobre seu trabalho, tende

facilmente à frustração e ao fracasso. Pior do que isso, seus alunos passam a serem vítimas dessa frustração e desse fracasso. Vejamos algo que torna verídico o dito, no texto de Hargreaves (2004) no texto sobre Poder e Vergonha:

“O fato de culpar e envergonhar outros deixa poucas condições para se assumir riscos profissionais. Em tais condições, Woods e seus colegas (1997) demonstraram que poucos professores se animam a se esforçar e a realizar melhorias de longa duração. Em vez disso, a maioria se amolda cinicamente aos modelos dos demais, com o único objetivo de sobreviver. Não há dúvidas de que é impossível, tanto do ponto de vista emocional como político, separar as tentativas individuais de realizar melhorias cujo objetivo é mudar a situação das escolas que fracassam, do contexto de “culpa e vergonha”, e da agenda do fracasso escolar como um todo.” (p.190).

A escola e o educador precisam aperfeiçoar-se constantemente é de fundamental importância, já que novas idéias, novos métodos de ensino, novas experiências educacionais sempre surgem, com possibilidades de melhorar o trabalho educativo. Em qualquer atividade humana, não existe a estagnação, o ponto de chegada: ou evoluímos constantemente, através de sucessivos pontos de partida, ou regredimos irremediavelmente.

A atualização é outro requisito essencial para o educador não alienado, que exerce suas funções num mundo real, em permanente transformação. A atividade escolar será tanto mais produtiva quanto mais estiver integrada no mundo dos educandos. Escola e vivência devem formar uma só e mesma realidade. Para tanto, é necessário que o educador não só esteja a par do que se passa à sua volta, mas também participe dos acontecimentos cotidianos. Jornais, revistas, cinemas, teatro, literatura, etc. são meios indispensáveis a qualquer educador que pretenda se manter atualizado em relação ao mundo em que vive e atua.

4.3. Sociedade

De acordo com o artigo 5º da LDB, lei nº 9.394, que continua em vigor, a sociedade, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

“O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.” (p.05).

A compreensão desses direitos do educando e da família, e os deveres dos educadores e a escola, para que possa haver uma realização, cabe ao educador entender que tanto ele, quanto seus educandos têm direitos e deveres a serem respeitados e cumpridos. Muitas vezes, os educadores julgam que seus direitos estão acima, enquanto aos alunos sobram apenas os deveres. Se na escola, na prática diária, professores e alunos souberem compreender seus direitos e deveres, certamente, saberão cumprir suas obrigações perante a sociedade e exigir do Estado e das outras instituições o respeito aos seus direitos.

O respeito, a dignidade e as liberdades são fundamentais do homem. Os educandos merecem que sua dignidade e sua liberdade sejam respeitadas, a partir de sua própria experiência. A escola favorecendo o desenvolvimento e respeito a dignidade e a liberdade humana. Os educandos tendo liberdade para se manifestar, para discutir, para apresentar idéias diferentes das idéias dos professores.

É preciso que a escola estimule os educandos a conhecer o país em que vivem, para que aprendam a contribuir para a construção de um país melhor, em que haja mais igualdade e justiça. É necessário que os educandos se interessem pela situação dos outros povos, pelas suas dificuldades, pelos seus costumes, para aprenderem a ser solidários e empenhar-se na construção de um mundo melhor. Portanto quando se fala de todas essas coisas bonitas (certinhas) e bem organizadas, nos é permitido um questionamento: Será que a escola da forma como está organizada, favorece a formação para que se participem na luta por um

Brasil melhor que seja de todos e pelo fortalecimento da solidariedade entre os povos?

É bem verdade que os educadores não participam da obra do bem comum, as pessoas realmente não são formadas para colocar o bem comum acima dos interesses particulares. Todos com condições de formar suas próprias opiniões, de elaborarem seus projetos de vida, de desenvolverem personalidades ou não. São meramente treinados para não terem opinião submetendo-se passivamente aos mandos e desmandos das expressões governamentais.

4.4. Políticas Educacionais

Interpretar políticas educacionais e associar-las ao fracasso educacional é preestabelecer sua cura. Lícito seria falar que políticas educacionais podem ser vista como: “Políticas em Educação” e “Políticas para Educação”.

Sem descartar as influências do neoliberalismo e concepções sociais, “as políticas em educação”, é uma proposta dos objetivos á serem alcançados, quer dizer, estrutura institucional e conteúdos do currículo. E para que tudo faça acontecer, precisa principalmente de um direcionamento e o poder dos grupos hegemônicos do fazer social. Entre as teorias coincidentes, identificamos a “teoria do capital humano” como a que corresponde melhor aos princípios sustentados por essa tendência.

Essa teoria incorpora em fundamentos à lógica do mercado e a função da escola. Reduz-se á formação dos “recursos humanos” para estrutura de produção. Nessa lógica, a articulação do sistema educativo com o sistema produtivo deve ser necessária. O primeiro deve responder de maneira direta à demanda do segundo. Deste modo o neoliberalismo, ao rejeitar a planificação social, deixa livre às leis da oferta e da demanda do sistema educativo. O mecanismo do mercado é auto-regulador, o que melhor

equilibra as demandas do setor produtivo com a oferta proveniente das instituições educativas.

O outro aspecto a que se referem, são “as políticas para educação”, sendo esta parte integrante das políticas sociais desenvolvidas pelo governo, que acabam por revelar sua efetivação através das exigências do modelo pré-estabelecido por uma sociedade dominante.

Comparando e diferenciando as relações entre os dois aspectos das políticas educacionais, encontramos dois aspectos; destacamos que a hegemonia de determinadas concepções de grupos que não estão diretamente representados no governo, isso pode ser um obstáculo para a efetivação de determinados objetivos que exerce o governo. É a estrutura formal do sistema educativo onde tudo pode ser modificado, dentro da concepção política dominante, com a intenção de favorecer seus projetos políticos, mesmo sem conseguir modifica-los. Se há velha demagogia no proceder do governo, a sociedade que não é envelhecida, nem carcomida pelo tempo, reage na esperança de evolução.

4.5. Políticas Participativas

Organizações civis autônomas atuam na construção de projetos inovadores de controle social, que participam de gestões de políticas públicas, na prática de implementação do processo político no desenvolvimento sustentável de cada individuo inserido na comunidade. Por meio de ações cooperativas promovem o desenvolvimento econômico, ambiental e social. Reconhecidas como atores de mudanças, estão diante da tarefa de se tornarem sujeitos de seu próprio processo, sem perder suas características.

Todas as ações das políticas participativas esta em processo de mudança e adaptação das contingências do ambiente, essa mutação tem sido denominada como grande desenvolvimento institucional e organizacional

da sociedade civil. O setor privado vem sendo cada vez mais chamado a assumir um papel na configuração do desenvolvimento educacional, econômico, social e ambiental. Vem ganhando força junto a setores de funções da criação de novos parâmetros e regulamentos.

Nas escolas os Amigos da Escola exerce o apoio fundamental para os educandos. Voluntários que é a expressão da mudança, a vontade pura de fazer a diferença. Promovem cidadania numa atitude de amor fraterno. Pequenos projetos, programas e políticas têm sido cada vez mais participantes e atuantes nos setores comunitários, que passam a interagir com a escola. Novos valores e habilidades passam a serem exigidas, tanto para a atuação na constituição e no enfrentamento da magnitude e complexidade das questões educacionais.

Dentre as instituições participativas existentes no Brasil, destacam-se os conselhos comunitários, criados na década de 1970, criados pelo poder público para mediar relações com a população. Foram criados também pela própria sociedade civil, os conselhos populares, visando estabelecer negociações com o poder público, mas também os conselhos notáveis e os conselhos administrativos. Esse tipo de políticas participativas da época era fortemente vinculada ao movimento sanitarista e a área de saúde.

Mas hoje políticas participativas têm caráter de cunho reparador, referentes a diversos tipos de ajustes, como os conselhos setoriais de saúde, educação, cultura, assistência social, meio ambiente. Conselhos de segmento, idosos da mulher e da criança e do adolescente e conselhos temáticos, envolvendo questões específicas como moradia e direitos humanos.

Dentre os processos de desenvolvimento humano, esta o diálogo, a negociação, a participação e atuação conjuntas entre os vários atores políticos e privados, configurando-se como dimensões estratégicas nas soluções das questões dos baixos rendimentos dos alunos nas escolas. As políticas participativas vêm sendo aliadas da sociedade, somando esforços para o enfrentamento das dificuldades de toda origem e o combate ao fracasso escolar.

Conclusão

Este trabalho permitiu um estudo crítico sobre o assunto fracasso escolar em seus aspectos e nas diferentes visões dos autores. Ele foi feito com o objetivo de conhecer e apresentar as variadas formas de expressão do fracasso escolar. Ressaltou a grande importância das políticas para educação. Procurou situar o indivíduo na problemática do fracasso escolar. Analisou os fatores determinantes do fracasso escolar na sociedade. Informou os índices de evasão e repetência pelo órgão do MEC, o INEP. Formulou estratégias para a superação do fracasso escolar. Traduziu o sentimento das ações não governamentais. Oportunizou a reflexão sobre a situação do nosso ensino, discutindo seus problemas e as formas de resolvê-los. A maior vantagem desse estudo foi entre outras coisas a de esclarecer melhor quais as responsabilidades que todos; governo, escola, educandos, educadores e comunidade têm no trabalho de transformação da educação. Ao finalizar, fica ao alcance dos professores e interessados, como fonte de consulta.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Ana de Fátima P. de Sousa. Representações Sociais das professoras sobre o sucesso e o Fracasso Escolar, Dissertação (Mestrado em Educação). Recife: UFPE, 2000.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de S. (org). Democratizar a democracia: os caminhos de democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

BOSSA, Nadia A. Fracasso Escolar: um olhar psicopedagógico. Porto Alegre: Artmed, 2002.

HARGREAVES, Andy; O ensino na sociedade de conhecimento; educação na era da insegurança/ trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos, Organização e gestão da escola: teoria e prática, Goiânia: Alternativa, 2001.

LIMA, Lauro de Oliveira, Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1970.

LUZURIAGA, Lourenzo; História da Educação e da Pedagogia; São Paulo; Ed. Nacional, 2004.

MARCHESE, Álvaro, trad. Ernani Rosa; O que será de nós, os maus alunos? ; Porto Alegre: Artmed, 2006.

MARCHESE, Álvaro, GIL, Carlos Hernández e colaboradores, trad. Ernani Rosa, Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MACHADO, N.J. e CUNHA, M.: A Linguagem, Conhecimento, Ação-ensaio de Epistemologia e Didática. Coleção Ensaios Transversais, n°23. São Paulo: Escritura Editora, 2003.